

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e catorze. -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, no edifício dos Paços do Município e Sala das Sessões, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães e com a presença dos Excelentíssimos vereadores António Joaquim Pimentel, Evaristo António Neves, João Manuel dos Santos Henriques, Joana Filipa Vicente da Silva, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e comigo, António Luís Moreira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, foi deliberado proceder de seguida à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

- **O BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia vinte e sete de janeiro. Verificou-se um total de disponibilidades no valor de três milhões oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito euros e catorze cêntimos (€3.824.438,14). -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- O Vereador António Pimentel solicitou ao Senhor Presidente informação sobre a candidatura da Associação Cultural de Solidariedade Social de Urrós, relativamente à ampliação e remodelação do Lar da Terceira Idade ao Programa PRODER. -----

----- O Senhor Presidente informou o vereador que se deslocou ao local com os técnicos da Câmara, referindo que ainda não foi assinado qualquer protocolo uma vez que a obra teria que ser faturada até ao dia quinze de dezembro e ainda não há garantia que irá ser executada. -----

----- O vereador António Pimentel referiu que foi contactado por um grupo de agricultores no sentido de a autarquia poder vir a apoiar a aquisição de sementes para a introdução de novas culturas na região. -----

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

----- O Senhor Presidente esclareceu o vereador que irá solicitar informação sobre a forma de apoio legal com vista a uma eventual tomada de posição sobre o assunto. -----

----- O vereador António Pimentel solicitou esclarecimentos sobre o andamento da candidatura da terceira fase da zona industrial. -----

----- O Senhor Presidente informou que a Câmara está interessada na candidatura e que deu conhecimento à CCDR-N para avançar e disponibilizar o concurso na VORTAL. -----

**ORDEM DO DIA**

1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14/01/2014. -----
2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO. -----
3. AQUISIÇÃO DE MÁQUINA BULDOZER – APROVAÇÃO DO PROCESSO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS. Para ratificação. -----
4. REPAVIMENTAÇÃO DO TROÇO DA E. M. 600 ENTRE A E. N. 219 E MACEDO DO PESO – RECEÇÃO PROVISÓRIA E CONTA FINAL. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS.
5. ARRUAMENTOS EM VÁRIAS ALDEIAS – RECEÇÃO PROVISÓRIA E CONTA FINAL DA OBRA. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS. -----
6. PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NO LARGO DO TOURAL EM SANHOANE – RECEÇÃO PROVISÓRIA E CONTA FINAL. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS. --
7. PROLONGAMENTO DA REDE DE SANEAMENTO E ÁGUA EM MEIRINHOS. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS. -----
8. REPARAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO URGENTE DO TELHADO DA CASA DO POVO DE PENAS RÓIAS – MEDIÇÕES E

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

ORÇAMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS. -----

9. PAGAMENTO DO RECIBO DE ÁGUA DE NOVEMBRO/2013 EM CINCO PRESTAÇÕES - CONSUMIDOR N.º 2272 – ACÁCIO AFONSO ROÇA. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E AMBIENTE. -----

10. EXPOSIÇÃO DO SENHOR NELSON ORLANDO PINTO GUEDES SÁ E SILVA – CONTA FINAL. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS. -----

11. ADELINA DEUS POSSACOS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE SANEAMENTO. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E AMBIENTE. -----

12. CRISTINA FAZENDAS - PEDIDO DE REEMBOLSO DE PNEU REBENTADO POR TAMPA SOLTA NA VIA PÚBLICA. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS. -----

13. PEDIDO DE COLABORAÇÃO COM A EQUIPA LOCAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA – USO DE PISCINA COBERTA. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. -----

14. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1 DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO PROJETO – BRUÇÓ. INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL. -----

15. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1 DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO (PROJETO – CASAL DO RATO). INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL. -----

16. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO (PROJETO – QUINTAS DAS QUEBRADAS). INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL. -----

17. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO (PROJETO – ESTEVAIS). INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL. -----

18. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO

## Reunião de 28 de janeiro de 2014

(PROJETO – CASTELO BRANCO RESINAL). INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL. -----

19. ADELAIDE DOS ANJOS FERREIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE SANEAMENTO. -----

20. MARIA DE LURDES BENTO – PEDIDO DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS. -----

21. TRILHOS DO SABOR – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES 2014. -----

22. RANCHO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO DE MOGADOURO – PLANO E ORÇAMENTO PARA 2014. -----

\*\*\*\*\*

----- **1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14/01/2014:** - Foi presente a ata da reunião ordinária realizada no dia catorze de janeiro de dois mil e catorze, cuja fotocópia, foi previamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

----- Colocada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

## 2.GESTÃO URBANÍSTICA

----- **2.1. CONCEIÇÃO XAVIER MARTINS CONDE – PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO:** - Foi presente uma petição apresentada por Conceição Xavier Martins Conde, datada de quinze de janeiro de dois mil e catorze, com o registo de entrada 30/14 a requerer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, a emissão de certidão em como a Câmara não vê inconveniente e é de parecer favorável à celebração de Negócio Jurídico, constituição de compropriedade, ou aumento de compartes, sobre os prédios rústicos inscritos na matriz sob os

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

artigos 273-E, 169-F; 123-F; 193-F; 141-E; 117-L; 89-L e 43-F, todos da freguesia e concelho de Mogadouro. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e tendo por base a informação da Unidade de Ordenamento do Território e Urbanismo, com o número 19/2014, datada de dezasseis de janeiro de dois mil e catorze, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à pretensão da munícipe. -----

----- **2.2. ALBERTINA DA CONCEIÇÃO LAGAREIRO AMADOR – PEDIDO DE CERTIDÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO:**

- Foi presente uma petição apresentada por Albertina da Conceição Lagareiro Amador, a solicitar, nos termos do n.º 1 do art.º 54.º, da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, a emissão de certidão em como a Câmara não vê inconveniente e é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade, ou aumento de compartes, sobre os prédio rústico inscritos na matriz sob o artigo 172-F, denominado por “Vale de Cã”, freguesia de Castelo Branco, concelho de Mogadouro. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e tendo por base a informação da Unidade de Ordenamento do Território e Urbanismo, com o número 34/2014, datada de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão da munícipe. -----

----- **2.3. NÁDIA CATARINA ALEIXO MARTINS – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 2/2007 – LOTEAMENTO TRINDADE COELHO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO:**

- Foi presente a informação da Unidade de Ordenamento do Território e Urbanismo, com o número 31/14, de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze, respeitante a um pedido, formulado por Nádia Catarina Aleixo Martins, a solicitar a alteração de alvará de loteamento Trindade Coelho, localizado na Av. de Espanha, em Mogadouro. -----

----- A Técnica refere que a requerente pretende aumentar a mancha de implantação, e conseqüentemente a área de construção prevista para o lote número oito do referido loteamento. -----

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

----- A Técnica refere ainda que o pedido não põe em causa o COS e o IUS definidos nas alíneas c) e f) do Regulamento do PDM para o aglomerado Mogadouro, pelo que é de parecer que poderá ser aceite. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, nos termos do definido no n.º 3 do art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 555, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, proceder à notificação dos proprietários dos lotes constantes no alvará, concedendo-lhes um prazo de dez dias para se pronunciarem sobre a presente alteração.

**----- 2.4. J. AFONSO MESQUITA – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO:** - Foi presente a informação da Unidade de Ordenamento do Território e Urbanismo, com o número 38/2014, datada de vinte e quatro de janeiro de dois mil e catorze, relativa a um pedido, apresentado por J. Afonso Mesquita – Comércio de Peças Auto, a solicitar a alteração de alvará de loteamento industrial de Mogadouro, em Mogadouro, concretamente o que se refere ao lote número quinze (15) do referido loteamento. -----

----- A Técnica refere que o pedido se enquadra no definido no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e que a proposta apresentada está afeta ao alvará de loteamento n.º 01/2000 – instrumento de gestão que vigora. -----

----- A Técnica acrescenta ainda que o requerente pretende aumentar a macha de implantação, e conseqüentemente a área de construção prevista para o lote e que o pedido não põe em causa o definido no art.º 45.º do PDM do Regulamento do PDM para o aglomerado de Mogadouro pelo que o pedido poderá ser aceite. ----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, proceder, nos termos do definido no n.º 3 do art.º 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, proceder à notificação dos proprietários dos lotes constantes no alvará, dando-lhes um prazo de dez dias para se pronunciarem sobre a presente alteração. -----

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

**----- 3. AQUISIÇÃO DE MÁQUINA BULDOZER – APROVAÇÃO DO PROCESSO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS.** Para **ratificação:** - A Câmara analisado o assunto e na sequência da informação do Chefe da Unidade de Obras Municipais, datada de oito de janeiro de dois mil e catorze e registada com a referência 2014,OMADM,I,GE,48, deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente e dos vereadores Evaristo Neves, Joana Silva e Virgínia Vieira e com três votos contra dos vereadores António Pimentel, João Henriques e Teresa Neves, ratificar o despacho do Senhor vereador com competências delegadas, proferido em dezasseis de janeiro de dois mil e catorze que aprovou as peças do procedimento e a abertura de concurso público internacional para aquisição de uma máquina Buldozer, bem como a designação do júri do concurso composto pelos seguintes trabalhadores: Presidente: - Eng.<sup>o</sup> Abel Varandas e como membros efetivos Dra. Maria José Lopes e Eng.<sup>a</sup> Olímpia Marcos e como membros suplentes as assistentes técnicas Cláudia Guardado e Isabel Fernandes. -----

----- Os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata justificaram a sua forma de votação por não concordarem que o concurso agora aprovado para a máquina Buldozer vir no seguimento de outro que foi anulado e do qual constava uma máquina giratória de rodas de pneu com destroçador de mato. -----

**----- 4. REPAVIMENTAÇÃO DO TROÇO DA E. M. 600 ENTRE A E. N. 219 E MACEDO DO PESO – RECEÇÃO PROVISÓRIA E CONTA FINAL. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS:** - Foi presente, em anexo à informação da Unidade de Obras Municipais, datada de dez de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,OMADM,I,GE,70, o auto de receção provisória da empreitada de “Repavimentação da E. M. 600 entre a E. N. 219 e Macedo do Peso”, bem como o mapa resumo da citada empreitada. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, homologar o referido auto de receção provisória e aprovar a conta final no total cento e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta euros e oitenta e quatro cêntimos(€136.840,84). -----

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

**----- 5. ARRUAMENTOS EM VÁRIAS ALDEIAS – RECEÇÃO PROVISÓRIA E CONTA FINAL DA OBRA. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS:** - Foi presente, em anexo à informação da Unidade de Obras Municipais, datada de dez de dezembro de dois mil e treze e registada com a referência 2014,OMADM,I,GE,71, o auto de receção provisória e a conta final da empreitada de “Arruamento em Várias Aldeias”. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, homologar o auto de receção provisória da empreitada de “Arruamentos em Várias Aldeias” e aprovar a respetiva conta final no total de cento e trinta e oito mil, quinhentos e quarenta euros e oitenta e cinco cêntimos (€138.540,85). -----

**----- 6. PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NO LARGO DO TOURAL EM SANHOANE – RECEÇÃO PROVISÓRIA E CONTA FINAL. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS:** -

Foi presente a informação da Unidade de Obras Municipais, datada de dez de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,OMADM,I,GE,74, à qual se encontram em anexo o auto de receção provisória e a conta final da referida empreitada.

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade homologar o auto de receção provisória e aprovar a respetiva conta final na importância de quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos (€49.989,55). -----

**----- 7. PROLONGAMENTO DA REDE DE SANEAMENTO E ÁGUA EM MEIRINHOS. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS:** -

Foi presente a informação da Unidade de Obras Municipais, datada de treze de janeiro de dois mil e catorze, registada com referência 2014,OMADM,I,GE,92, deliberou, por unanimidade, não proceder à execução das obras de Prolongamento da Rede de Saneamento e Água solicitadas pela Junta de Freguesia de Meirinhos dado existirem condicionantes impostas no licenciamento das habitações propriedade dos senhores António Couto Ramalho e Manuel Salgado. -----

**----- 8. REPARAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO URGENTE DO TELHADO DA CASA DO POVO DE PENAS RÓIAS – MEDIÇÕES E ORÇAMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS**



**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

**MUNICIPAIS:** - Foi presente a informação da Unidade de Obras Municipais, datada de dezassete de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,OMADM,I,GE,131. -----  
----- Pelo Senhor Presidente foi proposta a retirada do presente ponto da ordem de trabalhos, proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **9. PAGAMENTO DO RECIBO DE ÁGUA DE NOVEMBRO/2013 EM CINCO PRESTAÇÕES - CONSUMIDOR N.º 2272 – ACÁCIO AFONSO ROCA. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E AMBIENTE:** - Foi

presente a informação da Divisão de Infraestruturas, Equipamentos e Ambiente, datada de treze de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,UOIEA,I,GE,87, relativa a uma petição apresentada por Guiomar de Jesus Fernandes Vargas, residente em Meirinhos, a solicitar o pagamento da importância de cento e oitenta e três euros e noventa e três cêntimos (€183,93), respeitante ao recibo de água do mês de novembro do ano de dois mil e treze, em cinco prestações. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e nos termos do n.º 5 do art.º 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente e autorizar, o pagamento da importância em dívida em cinco prestações iguais e sucessivas, conforme previsto no n.º 1 e n.º 2 do art.º 12.º do supracitado regulamento. -----

----- **10. EXPOSIÇÃO DO SENHOR NELSON ORLANDO PINTO GUEDES SÁ E SILVA – CONTA FINAL. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS:** - A Câmara analisado o

assunto e na sequência da informação da Unidade de Obras Municipais, datada de seis de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,OMADM,I,GE,29 deliberou, por unanimidade, homologar a conta final da obra supracitada no total de seiscentos e quarenta e cinco euros (€645,00), executada por administração direta. -----

----- **11. ADELINA DEUS POSSACOS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE SANEAMENTO. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E AMBIENTE:** - Foi

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

presente uma petição subscrita por Adelina Deus Possacos, residente em Porrais, freguesia de Castro Vicente, datada de trinta de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 10206/13 a solicitar a isenção do pagamento da taxa de saneamento visto possuir fossa própria. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da informação do Chefe da Divisão de Infraestruturas, Equipamentos e Ambiente, datada de catorze de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,UOIEA,I,GE,99 e deferir o pedido uma vez que a habitação da munícipe não é servida de infraestruturas de saneamento. -----

**----- 12. CRISTINA FAZENDAS - PEDIDO DE REEMBOLSO DE PNEU REBENTADO POR TAMPASOLTAS NA VIA PÚBLICA. INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS:**

- Foi presente a informação da Unidade de Obras Municipais, datada de vinte e dois de janeiro de dois mil e catorze, referente a uma petição apresentada por Cristina Fazendas, sem data, registada com a referência 2013,EXP,E,GE,5146, a solicitar a atribuição de uma indemnização no montante de cento e vinte euros (€120,00) pelo rebentamento de um pneu numa tampa de saneamento na Av. Reta de Vale da Madre, em Mogadouro. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, autorizar, após cabimentação, o pagamento da importância solicitada. -----

**----- 13. PEDIDO DE COLABORAÇÃO COM A EQUIPA LOCAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA – USO DE PISCINA COBERTA. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL:**

- Foi presente a informação da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, datada de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 2013,UOCUL,I,GE,1834, referente a uma petição oriunda da Equipa Local de Integração Precoce do Centro de Saúde de Mogadouro a solicitar a isenção do pagamento pela utilização da Piscina Municipal Coberta para as crianças com problemas de deficiência, abrangidas pelo Programa de Estimulação precoce a desenvolver por aquela entidade, a um elemento da família e também à Educadora que acompanha as crianças neste Programa.

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

----- A Câmara, analisado o assunto e tendo por base a informação da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento da entrada na piscina municipal coberta as crianças abrangidas pelo Programa de Estimulação Precoce, o familiar acompanhante e a educadora devendo no entanto o município e a Equipa Local de Intervenção Precoce articularem-se de modo a encontrar o horário mais adequado para a prática das atividades. -----

----- **14. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1 DE EMERGÊNCIA APÓS INCÊNDIO PROJETO – BRUÇÓ. INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL:** -

Foi presente uma petição oriunda da Junta de Freguesia de Bruçó, datada de nove de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 2014,EXP,E,GE,132, a solicitar a emissão de parecer relativo à execução de um projeto de investimento florestal ao abrigo do Programa PRODER – Sub-ação 2.3.2.1 – Estabilização de Emergência Após Incêndio, com o objeto de proceder à recuperação de emergência após incêndio. -----

----- A Técnica Urbanista, na sua informação datada de dez de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,UOOTU,I,GE,76 informa que: -----

----- Relativamente ao enquadramento do projeto promovido pela Junta de Freguesia de Bruçó na classe de espaços constantes no PDM, informa que a área abrangida neste projeto localiza-se em termos de: -----

- Carta de condicionantes, a maior parte da área está afeta a zonas da REN (reserva ecológica nacional), a restante área não está afeta a nenhuma reserva. -----

- Carta de ordenamento espaço florestal com aptidão silvo pastoril. - Quanto ao Plano Municipal de Intervenção na Floresta, a técnica refere que o mesmo não existe, existe sim o Plano de Defesa da Floresta contra o risco de incêndios. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e na sequência da informação anteriormente referida e do Comandante Operacional Municipal, datada de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,GPC,I,GE,144, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável à execução do projeto supra referenciado devendo a requerente cumprir os procedimentos previstos no Plano

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, constante da informação supra referenciada e as boas práticas florestais. -----

----- **15. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUBAÇÃO 2.3.2.1 DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO (PROJETO – CASAL DO RATO). INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL:**

- Foi presente uma petição oriunda da Junta de Freguesia de Meirinhos, datada de quatro de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 2013,EXP,E,GE,5810, a solicitar a emissão de parecer relativo à execução de um projeto de investimento florestal ao abrigo do Programa PRODER – Sub-ação 2.3.2.1 – Estabilização de Emergência Após Incêndio, com o objeto de proceder à recuperação de emergência após incêndio. -----

----- A Técnica Urbanista, na sua informação datada de dez de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2013,UOOTU,I,GE,1779 informa que: -----

----- Relativamente ao enquadramento do projeto promovido pela Junta de freguesia de Meirinhos na classe de espaços constantes no Plano Diretor Municipal, informa que a área abrangida neste projeto localiza-se em termos de: -----

- Carta de condicionantes num espaço classificado como espaços naturais – mata/matoss naturais em termos de carta de condicionantes em áreas da REN (reserva ecológica nacional). -----

----- Quanto ao Plano Municipal de Intervenção na Floresta ele não existe, existe sim, o Plano de Defesa da Floresta Contra o Risco de Incendio. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e na sequência da informação da técnica urbanista e do Comandante Operacional Municipal, datada de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,GPC,I,GE,152, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável à execução do projeto supra referenciado devendo a requerente cumprir os procedimentos previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, constante da informação supra referenciada e as boas práticas florestais. -----

----- **16. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUBAÇÃO 2.3.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIO (PROJETO – QUINTAS DAS QUEBRADAS). INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL:**

- Foi presente uma petição oriunda da Junta de Freguesia de Castelo

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

Branco, datada de quatro de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 2013,EXP,E,GE,5825, a solicitar a emissão de parecer relativo à execução de um projeto de investimento florestal ao abrigo do Programa PRODER – Sub-ação 2.3.2.1 – Estabilização de Emergência Após Incêndio, com o objeto de proceder à recuperação de emergência após incêndio. -----

----- A Técnica Urbanista, na sua informação datada de dez de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2013,UOOTU,I,GE,1783 refere que, relativamente ao enquadramento do projeto promovido pela Junta de freguesia de Castelo Branco na classe de espaços constantes no Plano Diretor Municipal, a área abrangida neste projeto localiza-se em termos de: -

- carta de ordenamento: -----

- espaço classificado como espaços naturais – mata/matos naturais;

- espaço florestais classificados como espaços com aptidão silvo pastoris e espaços com aptidão para floresta de produção. -----

----- Em termos de carta de condicionantes:-----

- em áreas da REN (reserva ecológica nacional) e pequenas porções de RAN (reserva agrícola nacional) ou em áreas não afetadas a estas duas reservas. -----

----- Quanto ao Plano Municipal de Intervenção na Floresta a técnica refere que ele não existe, existe sim, o Plano de Defesa da Floresta Contra o Risco de Incêndio. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e na sequência da informação da técnica urbanista e do Comandante Operacional Municipal, datada de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,GPC,I,GE,154, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável à execução do projeto supra referenciado devendo a requerente cumprir os procedimentos previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, constante da informação supra referenciada e as boas práticas florestais. -----

**----- 17. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO (PROJETO – ESTEVAIS). INFORMAÇÃO DO COMANDANTE OPERACIONAL:** - Foi presente uma petição oriunda da Junta de Freguesia de Castelo Branco, datada de quatro de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 2014,GPC,I,GE,156, a solicitar a emissão de parecer relativo à execução de um projeto de investimento florestal ao abrigo do

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

Programa PRODER – Sub-ação 2.3.2.1 – Estabilização de Emergência Após Incêndio, com o objeto de proceder à recuperação de emergência após incêndio. -----

----- A Técnica Urbanista, na sua informação datada de dez de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2013,UOOTU,I,GE,1782 refere que: -----

Relativamente ao enquadramento do projeto promovido pela Junta de freguesia de Castelo Branco na classe de espaços constantes no Plano Diretor Municipal a área abrangida neste projeto localiza-se em termos de: -----

- Carta de ordenamento a maior parte da área está num espaço classificado como espaços naturais – mata/matoss naturais uma pequena parte está classificado como espaço florestal com aptidão silvo pastoril e nesta área existe um valor cultural classificado como imóvel de interesse público ou em vias de classificação. -----

Em termos de carta de condicionantes em áreas da REN (reserva ecológica nacional). -----

Quanto ao Plano Municipal de Intervenção na Floresta ele não existe, existe sim, o Plano de Defesa da Floresta Contra o Risco de Incendio. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e na sequência da informação da técnica urbanista e do Comandante Operacional Municipal, datada de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,GPC,I,GE,156, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável à execução do projeto supra referenciado devendo a requerente cumprir os procedimentos previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, constante da informação supra referenciada e as boas práticas florestais. -----

----- **18. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRODER – SUB-AÇÃO 2.3.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCENDIDO:**

- Foi presente uma petição oriunda da Junta de Freguesia de Meirinhos, datada de quatro de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 2013,EXP,E,GE,5810, a solicitar a emissão de parecer relativo à execução de um projeto de investimento florestal ao abrigo do Programa PRODER – Sub-ação 2.3.2.1 – Estabilização de Emergência Após Incêndio, com o objeto de proceder à recuperação de emergência após incêndio. -----

----- A Técnica Urbanista, na sua informação datada de dez de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014\*1781

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

informa que: -----

----- Relativamente ao enquadramento do projeto promovido pela Junta de freguesia de Meirinhos na classe de espaços constantes no Plano diretor Municipal, informo que a área abrangida neste projeto localiza-se em termos de: -----

- **Carta de ordenamento** num espaço classificado como espaços naturais – mata/matos naturais, em termos de **carta de condicionantes** em áreas da REN (reserva ecológica nacional). ----

----- Quanto ao Plano Municipal de Intervenção na Floresta ele não existe, existe sim, o Plano de Defesa da Floresta Contra o Risco de Incendio. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e na sequência da informação da técnica urbanista e do Comandante Operacional Municipal, datada de vinte e um de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,GPC,I,GE,157, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável à execução do projeto supra referenciado devendo a requerente cumprir os procedimentos previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, constantes na informação supra referenciada e as boas práticas florestais. -----

----- **19. ADELAIDE DOS ANJOS FERREIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE SANEAMENTO:** - Foi presente uma petição subscrita por Adelaide dos Anjos Ferreira, datada de sete de janeiro de dois mil e catorze, com o registo de entrada 183/14, a solicitar a isenção da taxa de saneamento, relativa à instalação número 6579. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e na sequência das informações do trabalhador Modesto José Rodrigues e do Chefe de Divisão de Infraestruturas, Equipamentos e Ambiente, datadas de treze de janeiro e catorze de janeiro de dois mil e catorze, respetivamente, deliberou, por unanimidade, deferir o pedido e isentar a requerente do pagamento da taxa de saneamento uma vez que o local não se encontra servido pela rede geral de saneamento. -----

----- **20. MARIA DE LURDES BENTO – PEDIDO DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS:** - Foi presente uma petição subscrita por Maria de Lurdes Pinto Bento, datada de vinte de dezembro de dois mil e treze, registada com a referência 2013,EXP,E,GE,6028, a solicitar a isenção do

**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

pagamento da taxa de saneamento e resíduos sólidos, relativamente à instalação do consumidor 7653 pelo facto de a referida instalação não se encontrar ligada ao ramal de saneamento nem haver lixos para depositar em contentores, segundo mencionado pela requerente. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, isentar a requerente do pagamento da taxa de saneamento. -----

----- Mais foi deliberado indeferir o pedido quanto à isenção do pagamento da taxa de resíduos sólidos. -----

**----- 21. TRILHOS DO SABOR – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES 2014:**

- Foi presente uma comunicação oriunda da Associação TT – Trilhos do Sabor, com sede em Mogadouro, datada de catorze de janeiro de dois mil e catorze, registada com a referência 2014,EXP,E,GE,225, a solicitar o apoio da autarquia, a nível logístico e financeiro, para realização do plano de atividades para o ano de dois mil e catorze, bem como a cedência do terreno sito na zona industrial onde funcionou a pista de motocross.

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, apoiar a nível logístico a realização das atividades previstas para o ano de dois mil e catorze e atribuir um subsídio no montante de mil euros (€1.000,00), a liquidar em quatro tranches mensais, com início no mês de março, e após cabimentação da referida verba pelo Núcleo de Contabilidade. -----

----- Foi ainda deliberado autorizar o uso temporário da parcela de terreno sita no loteamento industrial de Mogadouro, à Associação Trilhos do Nordeste TT para realização de atividades relacionadas com o todo-o-terreno, enquanto a mesma não for necessária para as obras de ampliação do loteamento industrial. -----

- **IMPEDIMENTOS:** - A vereadora Teresa Neves não participou na discussão e votação do presente assunto por ser familiar de um dos membros da direção do TT Clube Trilhos do Sabor. -----

**----- 22. RANCHO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO DE MOGADOURO – PLANO E ORÇAMENTO PARA 2014:**

- Foi presente uma comunicação oriunda do Rancho Folclórico e Etnográfico de Mogadouro, datada de vinte e oito de novembro de dois mil e treze, registada com a referência 2013,EXP,E,GE,5690, a solicitar a atribuição de um subsídio para ano de dois mil e catorze,



**Reunião de 28 de janeiro de 2014**

nos termos do regulamento em vigor. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de dois mil euros (€2.000,00), após cabimentação pelo Núcleo de Contabilidade, e o transporte para cinco intercâmbios culturais com grupos de folclore, com a contrapartida de o Rancho Folclórico disponibilizar atuações gratuitas para o Município sempre que necessário. -----

**VOTO DE PESAR:**- A Câmara deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Aida de Jesus Vicente, familiar da vereadora Joana Silva, endereçando à família enlutada sentidas condolências por tão infausto acontecimento. -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia catorze e o dia vinte sete de janeiro na importância de quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos (€435.952,65). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o Senhor Presidente encerrado a reunião pelas dez horas e vinte minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu António Luís Moreira,  
Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, coadjuvado pelo Assistente Técnico Paulo Jorge Ribeiro Salomé, redigi e subscrevi. -